

Pandemia e a precarização do direito ao acesso à educação.

Otavio Luis Barbosa
Paulo Giovani Moreira da Cunha



Jovens sem estrutura para estudar em casa temem por 'desvantagem' no Enem: 'Atrapalhou tudo'. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52250717>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

A pandemia do novo coronavírus tem desnudado a sociedade a diversos problemas sociais, como desigualdade de renda, social e de gênero, violência e precariedade dos postos de trabalho, que, historicamente, impactam a vida de milhares de pessoas no Brasil e no mundo. Além disso, explicita as insuficiências de um modelo de sociedade que se mostra incapaz de prover a todos serviços públicos básicos. Quando se trata de educação, a situação não é diferente e pode gerar e/ou piorar problemáticas existentes no sistema de ensino. Em período de isolamento social⁶⁵ com escolas de educação básica, universidades e centros de ensino de portas fechadas, é que podemos ver como o direito de estudar se dá de maneira desigual dentro da sociedade. Inclusive, a falta de condições básicas para

⁶⁵ Medida considerada por especialistas em saúde como a melhor forma de impedir a transmissão do vírus.

ensino de estudantes mais pobres pode agravar o abismo educacional que existe no país.

De acordo com um relatório do Banco Mundial, desde que a pandemia se instalou no mundo, aproximadamente 1,4 bilhões de estudantes estão sem frequentar os espaços físicos das escolas em mais de 156 países⁶⁶. Na América Latina e Caribe esse número chega a mais de 154 milhões de estudantes, segundo o Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef)⁶⁷. Alguns países optaram por adotar o encerramento total das atividades presenciais ou deixaram abertas instituições para crianças menores cujos pais precisam trabalhar em setores críticos e essenciais. No Brasil, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, com cerca de 53 milhões⁶⁸ de estudantes em casa, a situação não foge a regra e os governos estaduais e municipais têm optado também pelas mesmas medidas para conter as chances dos estudantes se contaminarem e se tornarem os principais vetores do vírus.

⁶⁶ BANK, The World. Políticas Educacionais na Pandemia da COVID-19: o que o Brasil pode Aprender com o Resto do Mundo? 2020. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-education-policy-covid-19-coronavirus-pandemic>>. Acesso em: 06/05/2020.

⁶⁷ G1. Unicef diz que 154 milhões estão sem aulas na América Latina e Caribe devido ao coronavírus e alerta para risco de abandono escolar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/23/unicef-diz-que-154-milhoes-estao-sem-aulas-na-america-latina-e-caribe-devido-ao-coronavirus-e-alerta-para-risco-de-abandono-escolar.ghtml>>. Acesso em: 06/05/2020.

⁶⁸ VARGAS, Neide César. Educação pós-pandemia e urgência de uma nova direção. 2020. Disponível em: <<https://blog.ufes.br/grupodeconjunturaufes/tag/educacao-pos-pandemia/>>. Acesso em: 08/05/2020.

Nesse sentido, o questionamento apresentado por pais, professores, especialistas da área da educação, secretários e até mesmo estudantes é: como manter e viabilizar o ensino-aprendizagem de milhares de crianças e jovens durante a pandemia? Ações já estão sendo tomadas ao redor do mundo e no Brasil para tal questão. A saída apresentada pelo sistema de educação, endossada no relatório feito pelo Banco Mundial, é o Ensino a Distância (EAD) através de aplicativos e plataformas on-line.

No Brasil, essa medida se mostra mais difundida entre as instituições de ensino privadas, mas essa realidade não é a mesma para o sistema público de ensino. A viabilidade dessa ação se depara com questões básicas para sua implementação como o acesso a uma rede de internet e computadores. Para além disso, esbarra-se em uma profunda desigualdade social que já antes determinava quem teria direito à educação de qualidade.

Não é muito difícil pensar que em um país no qual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 100 milhões de pessoas não têm acesso a tratamento de esgoto e 30 milhões não possuem água encanada, grande parte dos estudantes de escolas públicas não tenham acesso à internet e tampouco estruturas físicas para continuar os seus estudos. Por isso, faz-se necessário analisar dados que mostram o tamanho e profundidade da dificuldade de acesso da população a tecnologias de informação.

Dessa forma, uma pesquisa feita pelo IBGE em 2018, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC), expõe que um em cada quatro brasileiros não têm acesso a internet; ou seja, em números absolutos, isso representa cerca de 46 milhões de pessoas. Ademais, para o Comitê Gestor da Internet no Brasil, 58% dos domicílios não possuem computadores em casa. Ainda de acordo com o IBGE, essa desigualdade do acesso à tecnologia de informação se mostra mais precisa quando analisa os dados por classes: nas classes A e B (mais ricas) 96,5% tem

acesso à internet enquanto nas D e E (mais pobres) apenas 59% dispõem do mesmo recurso.

No entanto, mesmo aqueles que possuem o acesso à rede entre os mais pobres cuja renda chega a um salário mínimo mensal sentem as dificuldades da carência de computadores durante o processo de aprendizagem, pois 78% usam exclusivamente dos aparelhos smartphones para se conectar ao mundo virtual. Esse quadro é ainda mais crítico quando se trata da população que vive no campo, por sua vez marginalizada, em que mais da metade dos domicílios não possuem os aparatos tecnológicos e sequer acesso à disponibilidade de serviços de telefonia e banda larga⁶⁹. Fica evidente com esse cenário a maneira como está sendo posta e gerida a situação, mesmo com esforços de produção de material didático e formação de professores, o público alvo não será atingido em sua totalidade e nem da mesma maneira e qualidade como os que dispõem dos recursos básicos.

Essa é uma realidade que mostra o distanciamento entre as classes menos privilegiadas e as abastadas econômica e socialmente. Reafirmando esse problema, por sua vez, o privilégio de morar em um região na qual as necessidades fundamentais, para a manutenção de uma vida de qualidade, em que grande parte desses serviços são públicos e garantidos pelo governo, não é de posse das classes pobres, que mais necessitam desses serviços públicos. O direito a esses serviços é geralmente exclusivo do centro das cidades e estados, onde os mais abastados vivem, e não são garantidos à periferia. Portanto, a partir dessa perspectiva, é possível inferir que é contraditório esperar um ambiente que ofereça condições que favoreçam os estudos e aprendizagem, sendo que nem os serviços fundamentais são garantidos.

Apesar das históricas singularidades socioeconômicas brasileira, alguns estados e

⁶⁹ BASILIO, Ana Luiza. *Campanha do MEC ignora dificuldades e pede que estudantes "se reinventem" para Enem*. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/campanha-do-mec-ignora-dificuldades-e-pede-que-estudantes-se-reinventem-para-enem/>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

municípios insistem em manter o ensino à distância em operação. De acordo com um levantamento feito pelo jornal O Globo, 18 unidades federativas adotaram ou planejam utilizar o modelo para manter os calendários escolares na educação básica. Entretanto, Helder Gusso, especialista em tecnologia educacional da Universidade Federal de Santa Catarina afirma que o modelo que está sendo adotado no Brasil não pode ser considerado como EAD, mas como “ensino remoto emergencial”⁷⁰. Ademais, segundo Gusso, o problema se encontra também nas heranças que esse movimento pode deixar para o sistema educacional e até mesmo agravar problemas sociais no futuro, uma vez que a falta de condições mínimas, como um lugar adequado para os estudos e o devido apoio presencial no processo de absorção do conhecimento, pode impactar negativamente os já baixos índices de aprendizagem do país.

Para além disso, a maneira como tende a ser implementado esse modelo de ensino remoto emergencial não leva em consideração as dificuldades postas aos professores que não necessariamente tiveram formação para atuar à distância. Em muitos casos, nem mesmo os educadores possuem os aparatos técnicos para a gravação de aulas, utilizando dos próprios aparelhos de telefone. Como resultado disso, a preeminente precarização da categoria tende a se agravar com um avanço da intensificação da jornada de trabalho, que passa ser cumprida obrigatoriamente no ambiente doméstico.

Em concordância com o argumento de Helder Gusso, a Unicef alerta para um risco eminente do aumento da evasão escolar em países mais pobres, inclusive o Brasil, cujos problemas sociais de desigualdade estão mais presentes. Esse movimento coloca em xeque as conquistas no campo da educação nas décadas anteriores, como por exemplo a progressiva universalização do acesso à educação escolar

⁷⁰ ALFANO, Bruno. SOUZA, Rodrigo. **Coronavírus: pandemia leva 57% dos alunos do ensino médio brasileiro a terem aulas em casa.** 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/coronavirus-pandemia-leva-57-dos-alunos-do-ensino-medio-brasileiro-terem-aulas-em-casa-1-24353057>>. Acesso em: 06/05/2020.

pública e gratuita prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.

Ademais, é evidente que a omissão de ações para minimizar os problemas educacionais por parte do governo federal e Ministério da Educação (MEC) no momento tenderá a agravar cada vez mais a realidade posta. Isso, por sua vez, escancara as precariedades de um padrão de sociabilidade disposto da concorrência enquanto regra social, tendo o mercado como regente da manutenção da vida. Uma vez que condiciona aos próprios indivíduos a conduta de se responsabilizar pelas condições precárias de sua reprodução⁷¹ e retira do Estado a capacidade de ordenar recursos para áreas essenciais. A campanha recente divulgada pelo MEC sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁷² é um exemplo disso. Utiliza-se de jovens estudantes com aparente boas condições de vida reforçando o caráter competitivo e desigual ao insistir pela realização do exame. Isso, por sinal, sem considerar todo o drama social e econômico que o país convive desde o início de sua história. O próprio ministro afirma que o Enem é uma competição e não possui o caráter de corrigir injustiças sociais para defender a realização do exame para este ano⁷³. Por isso, grupos da sociedade civil, estudantes e entidades representativas com apoio de parlamentares no congresso lutam contra a manutenção da prova por entender que a nem todos poderão fazê-la.

Essas diferenças são um motor que se retroalimenta, expande e aprofunda ainda mais as diferenças entre classes sociais. Após anos de medidas econômicas que restringiram uma ampla distribuição de renda e a oferta de

⁷¹ Ver FOUCAULT, Michel; SENNELART, Michel; EWALD, François; FONTANA, Alessandro. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).** São Paulo: Martins Fontes, 2008. e DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

⁷² Enem 2020 - Inscrições. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGIIYQ>>. Acesso em: 08/05/2020.

⁷³ LEMOS, Iara. **Em reunião com senadores, Weintraub diz que Enem não foi feito para corrigir injustiças.** 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/em-reuniao-com-senadores-weintraub-diz-que-enem-nao-foi-feito-para-corriger-injustica.shtml>>. Acesso em: 12/05/2020.

serviços públicos de qualidade a todos, é encontrado um cenário no qual a educação se mostra como um elo fraco dentro de uma sociedade na qual a segregação e exclusão se fazem como regra no cotidiano da população. A não ação e ausência de políticas públicas que garantam o direito à universalidade da educação poderão agravar questões sociais, aprofundando abismos educacionais com a fragmentação dos estudantes. Portanto, vê-se o reforço de uma educação anti democrática a partir de seu acesso. Afinal, a educação é um meio de liberdade e de consciência de suas condições socioeconômicas das classes desfavorecidas, então a limitação do acesso a ela convém às classes dominantes.

Por fim, cabe acrescentar que um cenário na qual se instaura uma medida de isolamento social e agravamento das crises políticas e sociais impacta diretamente no desempenho e ampliação do acesso à educação. As medidas que são adotadas pelo governo vão contra às necessidades do ensino nesse momento. A disparidade e competição entre os jovens urge

em ascensão, devido a manutenção do calendário do Enem, combinada a suspensão das atividades escolares e do calendário letivo. É um cenário em que a movimentação individual nessa questão está sendo exercida em pontos na qual só o governo pode intervir.

Em tempos de isolamento social, a segregação aumenta, entre os estudantes economicamente favorecidos, que podem recorrer a uma ação individual de busca pelo conhecimento, pois possuem estruturas preparadas para tal, e aqueles que não possuem estruturas básicas, tornando assim a academia mais elitizada que já é. Essa força individual pela busca do conhecimento, então, não é capaz de suprir os meios e ações que deveriam ser exercidas por um governo democrático. É necessário então refletir o quão longe uma ação pública pode impactar na sociedade regulada pelos ricos e como um governo antidemocrático pode impactar diretamente no aumento do abismo social.